MF-ELGUNGO GONSSULO ASUINTES
CONFERE COM GONS (A)
Bresilia 12 (0) (0)

Márcia Cristina Arcira Garcia Mar Siope 0117592 CC02/C01 Fls. 116



## MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº

13891.000139/2001-05

Recurso nº

131.297 Voluntário

Matéria

PIS-Restituição

Acórdão nº

201-79.785

Sessão de

08 de novembro de 2006

Recorrente

TRANSPORTES FERREIRENSE LTDA.

Recorrida

DRJ em Ribeirão Preto - SP

Assunto: Classificação de Mercadorias

Período de apuração: 01/06/1991 a 30/09/1995

MF-segundo Conselho de Contribuintes Publicado no Diário Oficial da União

Ementa: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PRAZO.

O direito de pleitear a restituição de tributo ou contribuição pagos indevidamente, ou em valor maior que o devido, extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data de extinção do crédito tributário, assim entendido como o pagamento antecipado. nos casos de lançamento por homologação. Observância aos princípios da estrita legalidade e da segurança jurídica.

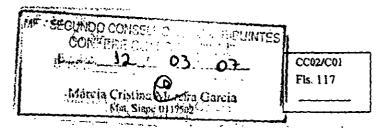
Recurso negado.

- 11

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

lou.

Processo n.º 13891.000139/2001-05 Acórdão n.º 201-79.785



ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Josefa Maria COELHO MARQUES!

Presidente

WALBER JOSÉ DA SILVA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas e Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente).

Processo n.º 13891.000139/2001-05 Acórdão n.º 201-79.785



CC02/C01 Fls. 118

## Relatório

No dia 13/08/2001 a empresa TRANSPORTES FERREIRENSE L'TDA., já qualificada nos autos, ingressou com pedido de restituição de contribuição para o PIS, cujo pagamento ocorreu no período de junho de 1991 a setembro de 1995, no valor atualizado de R\$ 49.414,65, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988.

A DRF em Limeira - SP indeferiu o pedido da interessada (não reconheceu o direito creditório e não homologou as compensações) porque entendeu que ocorreu o fenômeno jurídico da decadência do direito de pleitear a restituição.

Ciente da decisão acima, a empresa interessada ingressou com manifestação de inconformidade (fls. 85/91), alegando, em sua defesa, as razões consolidadas no relatório do Acórdão recorrido.

A DRJ em Ribeirão Preto - SP indeferiu o pleito da recorrente, nos termos do Acórdão DRJ/RPO nº 8.275, de 07/06/2005, cuja ementa abaixo transcrevo:

"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/06/1991 a 30/09/1995

Ementa: RESTITUIÇÃO. PIS. INDEFERIMENTO. DECADÊNCIA.

O direito de pleitear a restituição/compensação extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data de extinção do crédito tributário, assim entendido o pagamento antecipado, nos casos de lançamento por homologação.

Solicitação Indeferida".

A recorrente tomou ciência da decisão de primeira instância em 04/08/2005, fl. 105, e interpôs recurso voluntário em 22/08/2005, onde repisa os argumento de que o prazo para pleitear a restituição da contribuição ao PIS conta-se da data da homologação, tácita ou expressa.

Na forma regimental, o processo foi a mim distribuído no dia 19/09/2006, conforme despacho exarado na última folha dos autos - fl. 115.

É o Relatório.

dell

\$

Processo n.º 13891.000139/2001-05 Acórdão n.º 201-79.785

MF - SEGUNDO CONSECHO DE CORTA SI UNITES	CC02/C01
COMPENE COM O ORGENIA	Fls. 119
Brasilia 12 / 03 : 03	
Márcia Cristina Maria Carcia Mar Sape 0117502	·•

## Voto

## Conselheiro WALBER JOSÉ DA SILVA, Relator

Com o presente recurso voluntário pretende a interessada ver reformada a decisão de primeiro grau que manteve indeferimento do pedido de restituição, feito em 13/08/2001, de PIS pago indevidamente no período de 06/91 a 09/95.

A autoridade competente da Secretaria da Receita Federal indeferiu o pedido da recorrente, considerando decaído o direito de repetição do indébito em questão.

Antes de analisar os argumentos da recorrente, entendo oportuno salientar que a Administração pública rege-se pelo princípio da estrita legalidade (CF, art. 37, caput), especialmente em matéria de administração tributária, que é uma atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, arts. 3º e 142, parágrafo único).

Desta forma, o agente público encontra-se preso aos termos da lei, não se lhe cabendo inovar ou suprimir as normas vigentes, o que significa, em última análise, introduzir discricionariedade onde não lhe é permitido.

Sobre o termo a quo do prazo para pedir restituição de tributos e contribuições pagos indevidamente, reza o artigo 168 do CTN:

"Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;

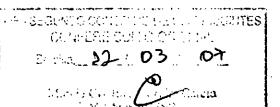
II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória." (negritei)

As duas regras de contagem de prazo acima são capitais porque tratam de extinção de direito. Qualquer outra regra de contagem de prazo que não estas pode levar tanto a ressuscitar direito extinto, "morto", quanto a abreviar o tempo do direito de pleitear a restituição.

Como é cediço, os aplicadores do direito administrativo, em especial do direito tributário, estão vinculados à lei. Os termos iniciais para o exercício do direito de pleitear restituição, a que os administradores tributários estão vinculados, só são dois: data da extinção do crédito tributário e data em que se tornar definitiva a decisão (administrativa ou judicial) que tenha reformado decisão condenatória, que tenha anulado decisão condenatória, que tenha revogado decisão condenatória ou que tenha rescindido decisão condenatória. Marco inicial diverso destes é inovação que apenas à lei complementar é dado fazer (art. 146, III, b, da CF/88).

3

Processo n.º 13891.000139/2001-05 Acordão n.º 201-79.785



CC02/C01 Fls. 120

Não há na legislação tributária previsão de suspensão ou interrupção dos prazos fixados no art. 168 do CTN. Portanto, não pode ser outro o marco inicial para pedir restituição de tributos pagos indevidamente senão os previstos neste dispositivo, seja qual for o motivo do pagamento indevido.

Entendo descabida e temerária para a segurança do ordenamento jurídico pátrio, especialmente depois da publicação da Lei Complementar nº 118/2005, qualquer tentativa de querer-se atribuir outro termo de início para a contagem do prazo para pleitear restituição, ou outra data (ou momento) para extinção do crédito tributário sujeito ao lançamento por homologação, que não os previstos nos arts. 150, caput, § 1º; 156, VII; 165, I, e 168, I, todos do Código Tributário Nacional.

Como bem andou o Acórdão recorrido, não merece prosperar o argumento de que o crédito tributário de PIS somente se considera extinto com a homologação expressa do lançamento ou, não havendo homologação expressa, com o decurso do prazo de cinco anos, contado do pagamento antecipado (art. 150, § 4º, do CTN), sendo este o termo inicial para a contagem do prazo quinquenal a que se refere o art. 168 do CTN. Isso porque o prazo a que se refere o § 4º do art. 150 é para a Fazenda Pública homologar o pagamento antecipado e não para estabelecer o momento em que o crédito se considera extinto, que foi definido no § 1º do mesmo artigo, transcrito a seguir:

"§ 1º- O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento".

Tenho firme convicção de que nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação os efeitos da extinção do crédito tributário operam desde o pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos da legislação de regência do tributo.

Para que não paire nenhuma dúvida sobre esta controvertida matéria, foi publicada a Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, dando a interpretação mais lógica e racional aos dispositivos do CTN que regem a matéria.

Reza o art. 3º da Lei Complementar nº 118/2005:

"Art. 3°- Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei."

Por ser meramente interpretativa, esta lei aplica-se a ato ou fato pretérito, conforme disposto em seu art. 4º, verbis:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional." (grifei)

O citado art. 16, inciso I, do CTN, regulamenta a aplicação da lei tributária no tempo, a saber:

14 12 14

Processo n.º 13891.000139/2001-05 Acórdão n.º 201-79,785



CC02/C01 Fls. 121

"Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;". (negritei)

A decisão recorrida está em perfeita harmonia com o entendimento esposado na Lei Complementar nº 118/2005 e na doutrina citada, em nada merecendo reparos.

EX POSITIS, e por tudo o mais que do processo consta, meu voto é para negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2006.

WALBER JOSÉ DAISILVA